

Para Rocha de Matos Universidade e empresa têm de trabalhar em conjunto

«A universidade e a empresa terão de ser mundos complementarizados no sistema global da sociedade e da economia portuguesa» — disse Rocha de Matos num encontro com empresários realizado na Universidade Católica, sob o tema «a colaboração universidade-indústria perante a integração na CEE».

O presidente da AIP destacou alguns pontos daquela colaboração, como a participação da indústria na definição dos currículos dos cursos superiores, a realização de estágios empresariais, como componente prática da formação universitária e a abertura da universidade à reciclagem técnica e cultural dos empresários.

Depois de fazer uma retrospectiva da economia portuguesa, Rocha de Matos afirmou que o País se encontra num momento crucial e decisivo da sua história. «Confronta-se, de um lado, com um passado de relativa stasia económica, com uma indústria jovem e ainda incipiente em muitos sectores, visivelmente marcada por anos de condicionamento industrial, a que se seguiram profundas convulsões estruturais». O presidente da AIP afirmou que «Portugal joga, provavelmente nos próximos dois ou três anos, o seu futuro, claramente enquadrado entre duas alternativas possíveis: a via do desenvolvimento, da modernização e da inovação e do alinhamento por padrões económicos, culturais e sociais em tudo idênticos aos do

restantes Estados europeus, ou, no outro extremo, a via da subalternização, da periferização em relação aos grandes centros de desenvolvimento, se quisermos mesmo, do agravamento do fosso que nos separa da Europa da CEE e simultaneamente nos aproxima do Terceiro Mundo».

Por isso Rocha de Matos defende a «concretização coerente de um modelo de desenvolvimento que privilegie a inovação e o desenvolvimento tecnológico e que permita potencializar, em termos positivos, os múltiplos impactos decorrentes da nossa entrada no Mercado Comum». «O objectivo consistirá, afinal», prosseguiu o presidente da AIP, «na efectiva transformação estrutural da economia portuguesa e na verdadeira moderniza-

ção do aparelho produtivo, num horizonte temporal alargado, variando entre dez e 20 anos». De acordo com Rocha de Matos, um modelo de desenvolvimento que assegure o relançamento e a subsequente expansão e modernização do País deverá contemplar parâmetros tais como: «a consolidação tecnológica e financeira dos sectores tradicionais da produção industrial portuguesa, mediante a racionalização dos seus métodos de gestão e de produção, a exploração exaustiva e optimizada dos recursos naturais existentes e das matérias-primas disponíveis, o desenvolvimento acelerado dos sectores onde já dispomos de alguma tecnologia própria e a criação e consolidação de um núcleo de tecnologia avançada (microelectrónica, biotecnologia, robótica, electromedicina, energias renováveis, etc.)».

Dirigindo-se depois aos novos empresários, Rocha de Matos disse que «terão de apostar decisivamente no papel da inovação e do desenvolvimento de novas tecnologias; terão de compreender a internacionalização crescente das economias; terão de assumir por inteiro e, se-

guramente, numa forma ainda mais ousada, o lado mais nobre da função empresarial, isto é: o risco, sem o qual o sucesso num mundo cada vez mais exigente e competitivo se torna impossível».

O presidente da AIP referiu-se ainda ao papel do Estado e defendeu que «o passeio da mudança, das atitudes e das mentalidades exigirá cada vez mais da relação empresas-Estado uma atitude de evidente complementariedade, concretizada, por exemplo, através de procedimentos construtivos da administração pública, que lhe permitam contribuir activamente para o desenvolvimento económico, como a definição de apoios a programas de investigação e desenvolvimento, com envolvimento recíprocos das universidades e das empresas privadas, ou ainda a definição de programas de compras à indústria nacional, na sequência dos desenvolvimentos conjuntos e na perspectiva de criação de uma base produtiva sólida, ampla e susceptível de apoiar uma expansão significativa em direcção aos mercados externos».

Finalmente, Rocha de Matos, falando do factor trabalho, dis-

se que «enquanto agente económico, os ventos da mudança exigirão também uma atitude radicalmente diferente, por exemplo, face à legislação laboral e aos conceitos de segurança do emprego, no sentido da aceitação duma maior flexibilidade que, dotando de maior agilidade o investimento e facilitando a rendabilização das estruturas produtivas, acaba por induzir novos investimentos, multiplicar os postos de trabalho e jogar, em última análise, a favor dos próprios trabalhadores».

Por sua vez, o director do Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica preconizou «mecanismos flexíveis e pouco formalizados de articulação universidade-indústria, em que possamos identificar os problemas comuns e pôr em conjunto os nossos recursos que, por serem efectivamente escasos, terão de ser administrados convenientemente». Para tal esforço», continuou Ernâni Lopes, são fundamentais «a consciencialização e o empenhamento dos empresários e dos responsáveis universitários, a compreensão da oportunidade desse esforço, que a Universidade assegure a reprodução do conheci-

mento, a criação de novo conhecimento pela investigação pura e a salvaguarda de padrões de qualidade, e que as empresas sejam capazes de definir bem as suas necessidades e de ter presente que o investimento nos diferentes tipos de formação do seu pessoal é uma das formas mais rentáveis de investir».

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Empresa - Rel. C/ Universidade